

Que vem a ser o multiculturalismo? *Grosso modo*, essa palavra diz respeito a um conjunto de teorias e discursos político-culturais que enfatizam a existência de uma diversidade de identidades e modos de vida particulares numa sociedade, que avaliam esse fato de maneira positiva. Trata-se de afirmar que a pertença a uma comunidade cultural específica é fundamental para a autoestima das pessoas, bem como de valorizar o reconhecimento disso pelo Estado e pela sociedade. Como se percebe, a perspectiva multiculturalista se opõe à tradicional concepção que via os Estados-nações como expressões políticas de uma comunidade nacional homogênea e integrada, baseada numa concepção abstrata e universalista do cidadão. De modo geral, essa perspectiva também implica na postura política que busca dar voz a minorias e grupos étnicos que supostamente teriam sido silenciados nos processos de construção nacional.

Para os autores que adotam essa linha de pensamento, a realidade multicultural das sociedades contemporâneas nos obrigaria a adotar uma postura crítica do liberalismo universalista que está na raiz das modernas democracias. Isto é, em vez de relacionar as leis e os direitos ao conjunto da sociedade, tomando os indivíduos como cidadãos iguais e homogêneos, a política do reconhecimento veiculada pelos multiculturalistas sugere que certos grupos específicos deveriam ter sua identidade comunitária legalmente reconhecida. Ou seja, a visão multicultural da justiça reconhece a necessidade de a legislação atribuir direitos a grupos particulares, rompendo com a concepção liberal tradicional que rejeita o ativismo do Estado em questões referentes a estilos de vida e preferências culturais e só concebe o cidadão individual como depositário de direitos. Um exemplo dessa disputa está no Canadá, onde a região francófona de Quebec luta pela preservação de sua identidade cultural particular e busca produzir uma legislação específica que reconheça a particularidade de sua comunidade. Na França contemporânea, a legislação — fortemente igualitária e republicana — proíbe o uso de sinais religiosos nas escolas públicas, e isso desagradou aos imigrantes muçulmanos que postulam a legitimidade de sua confissão religiosa, a qual, para alguns, ordena o uso do véu para mulheres. Um exemplo francês ilustra de forma precisa os dilemas entre universalismo e particularismo que estão no coração das disputas envolvendo o multiculturalismo.

Quais são os argumentos mais comumente utilizados nessas disputas? Os liberais universalistas argumentam que não faz sentido produzir legislação para grupos específicos, sem eles minorias étnicas ou religiosas, já que isso romperia a condição igualitária que marca as democracias. Além disso, quais os critérios para averiguar que culturas devem ou não ser "preservadas"? Seria atribuição do Estado legislar sobre estilos de vida e preferências? Também argumentam que esse ativismo criaria efeitos não desejados, como a criação de grupos privilegiados não por seus méritos, mas apenas por sua origem ou condição étnica. Por sua vez, os adeptos da política do reconhecimento argumentam que a igualdade das democracias modernas seria falsa, na medida em que o modelo do cidadão nunca foi neutro, mas sempre marcado pelas características dos grupos socialmente dominantes. Em geral, o modelo de cidadania teria sido o homem branco de classe média, excluindo-se das representações hegemônicas as mulheres e negros, ou mesmo os indígenas. Assim, argumentam que o universalismo sempre teria mascarado a hegemonia de alguns grupos sobre outros, o que demandaria a produção de direitos específicos para certas coletividades. Além disso, alegam que o individualismo liberal ignora o fato de as pessoas nascerem dentro de um ambiente cultural específico, que produz

parâmetros morais e estéticos particulares. Assim, não faria sentido ignorar a existência de diferentes comunidades e suas distintas hierarquias de valores.

No Brasil, o multiculturalismo já foi até adotado como parte do discurso oficial — que valoriza a diversidade de culturas que teriam produzido o país —, mas ainda provoca muitas polêmicas na esfera pública. Por exemplo, a discussão sobre cotas raciais invariavelmente traz à tona argumentos a respeito da necessidade de se preservar a identidade "afro-brasileira", o que suscita críticas por parte dos adeptos de políticas universalistas. Para estes, o reconhecimento das demandas de grupos particulares por tratamento diferenciado implicaria o fracionamento do país e o abandono da convivência democrática. Para os que defendem uma abordagem multicultural, o reconhecimento da identidade negra brasileira serviria para romper com o falso discurso da mestiçagem, que operaria como um discurso hegemônico que discriminaría o universo afro-brasileiro. Como se vê, muitas são as polêmicas que cercam o debate multiculturalista.

Cultura brasileira: democracia, multiculturalismo, identidade e patrimônio

Depois de tudo que vimos, como é possível analisar a "cultura brasileira" e entender suas transformações na vida contemporânea? Aliás, será possível falar de *uma* cultura brasileira? Nos próximos parágrafos discutiremos brevemente alguns aspectos contemporâneos desse tema, levando em conta o que foi aprendido anteriormente.

Democracia e identidade nacional

A Constituição de 1988 trouxe novos parâmetros para as políticas públicas que envolvem a cultura. Em primeiro lugar, o próprio advento do regime democrático abriu a possibilidade de que a discussão cultural não seja apenas uma atribuição de intelectuais, especialistas e formuladores de políticas públicas. Desde então, numerosos grupos e comunidades buscaram valorizar suas expressões artísticas e identitárias e fazer valer suas demandas de forma autônoma. Isso implicou, muitas vezes, uma disputa em torno do significado da identidade brasileira.

A identidade nacional brasileira foi construída em torno de uma narrativa que enfatizava a contribuição de três culturas — negros, brancos e indígenas — que teriam se amalgamado pela mestiçagem. Para alguns fabuladores dessa identidade, como o pensador pernambucano Gilberto Freyre, o Brasil, ao contrário de sociedades europeias, não teria nem um povo culturalmente homogêneo, nem um mosaico de identidades étnicas rigidamente demarcadas. Seríamos, portanto, novos e mestiços. Depois de 1988, ampliaram-se as críticas a essa narrativa, bem como as reinterpretções. Os povos indígenas, por exemplo, questionaram o quanto esse discurso escamoteou suas culturas particulares, além de tratá-los de forma genérica como "índios". Os enfrentamentos com a polícia, quando das comemorações dos 500 anos do descobrimento em Porto Seguro, são prova dessa tensão. O próprio movimento negro abriu-se desde os anos 1990 para uma discussão mais intensa da relação entre identidade afro-brasileira e seu lugar na cultura nacional, buscando afirmar de forma mais clara sua própria versão sobre o tema. O próprio termo "afro-brasileiro" denota essa tentativa de marcar uma inscrição particularista que desafia as noções clássicas de identidade nacional.

Como se vê, assiste-se hoje a uma intensa discussão envolvendo a própria definição do que seja a identidade brasileira e seus sentidos culturais. Será possível afirmar uma realidade multicultural em que não haja necessariamente um elemento único a sintetizar as identidades particulares?

Será o multiculturalismo incompatível com a identidade nacional brasileira? Essas são questões que devem ser trabalhadas por qualquer profissional das ciências sociais no Brasil contemporâneo.

Para os que olham apenas para as últimas décadas, parece que o Brasil sempre teve uma identidade monolítica, que só agora estaria sendo questionada. Na verdade, é possível afirmar que esse sempre foi um tema clássico no pensamento brasileiro, ocupando lugar central em textos e obras clássicas de escritores, ensaístas e músicos. Na década de 1920, a discussão sobre a relação entre identidade brasileira, tradição e modernidade foi fundamental para o movimento modernista. No seu manifesto da antropofagia, o poeta paulista Oswald de Andrade afirmou que a marca da cultura brasileira seria a capacidade de deglutir informações externas e reprocessá-las de forma criativa. Ou seja, o Brasil seria ao mesmo tempo selvagem e moderno, sertão e cidade, mata e máquina. Em lugar de uma identidade nacional ancorada numa cultura tradicional e antiga, Oswald retratou um país capaz de se reinventar continuamente por intermédio de uma relação canibalesca com o resto do mundo.

Pode-se dizer que a antropofagia marcou a cultura brasileira ao longo do século XX. O tropicalismo, por exemplo, foi um movimento musical que enfatizava a necessidade de a música brasileira apropriar-se de elementos da cultura pop como forma de reatualizar o diálogo com a tradição anterior. Isto é, tratava-se de evitar uma posição purista, que opunha música brasileira e *rock*, autenticidade e cultura de massa, MPB e brega. As letras e músicas de Caetano Veloso, Gilberto Gil, Tom Zé e outros evidenciavam a possibilidade de se usar a linguagem do samba para incorporar referências dos Beatles, de Roberto Carlos e de outros artistas tidos como "imperialistas" ou alienados. Vê-se aí a marca da antropofagia.

Mais recentemente, o chamado movimento mangue *beat*, surgido em Pernambuco na década de 1990 e composto por artistas como Chico Science, Nação Zumbi, Fred 04 e outros, veio atualizar essa posição. Esses personagens relembram a tradição popular pernambucana, representada pelos maracatus rurais, violeiros, músicas de cordel etc., por intermédio de uma linguagem urbana e pop, apoiada por guitarras, distorções e demais elementos vinculados ao *rock*. A despeito da polêmica despertada — em especial com Ariano Suassuna, famoso escritor e um dos nomes do Movimento Armorial, que buscava construir uma música erudita a partir da pesquisa no mundo popular —, o mangue *beat* mostrou a atualidade do modo de pensar antropofágico como forma de falar sobre o Brasil e sua cultura. Isso nos remete à seguinte pergunta: será que o Brasil foi multicultural antes que essa palavra existisse?

Cultura e patrimônio

Que é o patrimônio cultural de um país? Até recentemente, essa pergunta era fácil de ser respondida, pois nossa ideia de patrimônio nos levava a pensar em prédios históricos, arquitetura, cidades coloniais etc. No mundo ocidental, o patrimônio tem a função de representar, em termos simbólicos, a memória de uma nacionalidade, ato realizado por intermédio da pesquisa e coleção de objetos tidos como exemplares de períodos históricos.

No Brasil, o grande momento que marcou essa discussão foi a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) em 1937, projeto para o qual as atuações de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) e Mário de Andrade (1893-1945) foram fundamentais. O Sphan agia por intermédio do mecanismo de tombamentos dos vestígios da arte colonial, buscando também inventariar e catalogar objetos associados à memória nacional. A preocupação básica

era orientada para a preservação da cultura barroca, encontrada principalmente no estado de Minas Gerais e tida como expressão da nossa singularidade nacional. Como se vê, patrimônio estava associado a uma tradição nacional que deveria ser preservada e operada como guia para construção do futuro.

Posteriormente, porém, essa noção se ampliou. Já em 1979 a Fundação Nacional Pró-Memória tombava o terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, indicando uma visão mais aberta do que fosse patrimônio, além de se abrir para práticas e manifestações coletivas que estavam à margem da cultura erudita. A figura de Aloísio Magalhães (1927-82) foi decisiva nesse projeto, por sua atuação em órgãos federais e seu projeto de valorizar os bens culturais cotidianos e as práticas e os espaços populares. A partir de 1988, consagra-se a ideia de patrimônio imaterial ou intangível, atribuindo-se ao Estado o dever de reconhecer e proteger formas de medicina popular, tipos de música e dança, técnicas culinárias etc. O registro desses objetos e manifestações deve ser feito em quatro livros: o de registro dos saberes, o de registro das celebrações, o de registro das formas de expressão e o de registro de lugares.

Essas novas concepções nos levam às discussões sociológicas sobre o estatuto da cultura popular e das identidades. Afinal, a política atual do Estado brasileiro orienta-se justamente para o registro, preservação e apoio de atividades relacionadas a práticas populares tidas como "patrimônio imaterial", de que são exemplos os registros recentes do pão de queijo e do samba de roda. Em lugar de pensarmos esses objetos e práticas como traços de autenticidade popular, devemos analisar o papel dos mediadores (funcionários federais, intelectuais, representantes regionais, artistas etc.) na consagração desses fenômenos e os próprios conflitos que envolvem a definição do que seja patrimônio.

No cenário democrático contemporâneo, cultura é, cada vez mais, um tema que envolve a sociedade civil e seus atores. As discussões sobre patrimônio passaram a se associar aos próprios projetos políticos de grupos populares e comunidades interessadas em lutar pelas suas identidades e em tornar públicos seus discursos sobre a nação e seus lugares. Assim, se podemos falar em tradições "inventadas" e nações "imaginadas", talvez nunca o Brasil tenha se inventado e imaginado de formas tão dissonantes quanto nessas duas décadas posteriores à Constituição.